



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº DE 2022. (Do Sr. Darci de Matos)

Disciplina a remoção de Veículo Automotor Abandonado em vias e estacionamentos públicos em processo de degradação e débitos tributários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina a remoção de veículos automotores abandonados em vias e estacionamentos públicos que por seu processo de degradação representam riscos à saúde ou segurança pública.

Art. 2º O art. 269 da Lei nº 9.503 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 269

.....”

§ 6º O Veículo Automotor Abandonado em vias e estacionamentos públicos será removido nos termos do inciso II do *caput*, desde que possua débitos tributários, processo de degradação que o impossibilite de circular e represente riscos à saúde ou à segurança pública.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo suprir omissão legal quanto ao recolhimento de veículos automotores abandonados em vias e estacionamentos públicos sob a legislação de trânsito. O abandono de veículos é um problema das autoridades públicas nos centros urbanos do País, uma vez que esses veículos,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

além de causar transtornos a quem pretende estacionar e transitar com segurança, tornam-se focos de problemas de saúde como o mosquito da dengue e abrigo de criminosos.

Destaca-se que neste projeto não há qualquer interferência nas políticas dos estados ou dos municípios sobre o ordenamento urbano, já que se conceitua o abandono de veículo automotor sob a ótica da legislação de trânsito, como sendo aquele que possui débitos tributários, processo de degradação que o impossibilite de circular e represente riscos à saúde ou à segurança pública. Feito essa avaliação a autoridade de trânsito terá as condições de remover o veículo ao depósito.

Como a remoção será realizada sob a legislação de trânsito, não há qualquer relação ao perdimento do bem patrimonial, situação regulada por meio do Código Civil. Uma vez realizada a remoção nos moldes desse projeto a autoridade de trânsito procederá as determinações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB: notificar o proprietário; cobrar os débitos; e, sendo o caso, levar o veículo à leilão mediante prévia avaliação, conforme previsto no art. 328 do CTB.

A desídia de alguns proprietários de veículos automotores, que abandonam seus veículos em áreas públicas e polui espaços urbanos, não pode comprometer a saúde e o bem-estar social da coletividade, tão pouco se furtarem de suas responsabilidades administrativas e tributárias, transformando as vias e os estacionamentos públicos em ponto de descarte de sucata.

Desse modo, considerando a relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres pares pela aprovação desse Projeto de Lei.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Darci de Matos
PSD/DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Darci de Matos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225791839800>

